



## REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO - RBDP

**76** Revista Brasileira de Direito Público (RBDP)  
Belo Horizonte, ano 20, n. 76, jan./mar. 2022

Para acessá-la, o usuário deve visitar a [página da biblioteca](#) no portal TCU, realizar o login, selecionar a opção *Biblioteca Digital Fórum* e seguir as instruções.

### DOCTRINA

[Os impactos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa na Advocacia Pública](#)

Luís Manoel Borges do Vale, Rafael Carvalho Rezende Oliveira

[Novo marco legal da improbidade administrativa no Brasil: questão de alta transcendência](#)

Gustavo Calçado, Ivana Mussi Gabriel

[Pequena corrupção: particularidades e sua propensão a punir](#)

Jorge M. Oliveira-Castro, Marcel Bernardi Marques

[Notas sobre as categorias da “resistência” e do “retrocesso de direitos”](#)

José Vicente Santos de Mendonça

[Mecanismos de aperfeiçoamento do controle preventivo de constitucionalidade exercido pelo Poder Legislativo](#)

Ricardo Benetti Fernandes Moça

[A Emenda Constitucional nº 103/2019 e a nova ordem constitucional acerca da aposentadoria voluntária e a vacância de cargo público](#)

Dulce Anne Freitas Feitosa

[Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o direito à obtenção de cópia de processo administrativo](#)

Edite Hupsel, José Ângelo Lago Filho, Risane Aguiar

[A Lei nº 14.133 e o Procedimento de Manifestação de Interesse \(PMI\): sugestões sobre sua utilização](#)

Mário Saadi

[Estado Consensual e os desafios da inovação: Sandbox regulatório como instrumento de experimentalismo controlado](#)

Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Thiago Gomes do Carmo

[Aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais \(endowments\) no Brasil](#)

André Luís Vieira

## JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal - Recurso Extraordinário - Direito Constitucional e Administrativo - Tema nº 606 - Repercussão geral - Competência da Justiça Federal - Reintegração de empregados públicos - Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) - Dispensa em razão de aposentadoria voluntária - Extinção do vínculo - EC nº 103 de 2019 - Natureza constitucional-administrativa da demissão - Cumulação - Provimentos e vencimentos

Supremo Tribunal Federal - Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário - Repercussão geral - Tema nº 445 - Julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão pelos Tribunais de Contas - Prazo decadencial de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas - Efeitos infringentes não configurados - Negativa de modulação

Supremo Tribunal Federal - Suspensão de Segurança - Direito Previdenciário - Competência para a fixação de alíquotas de contribuição - Policiais e Bombeiros Militares - Decisões impugnadas que afirmam a competência da União - Alegação de risco à economia pública - Ocorrência - Relevante diminuição na arrecadação de valores destinados ao pagamento de pensões e proventos de aposentadoria capaz de comprometer o equilíbrio atuarial do regime próprio de previdência dos militares - Preservação da competência legislativa do estado-membro

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Direito Previdenciário - Constituição estadual - Inclusão de servidores militares no Regime Próprio de Previdência Social do Estado - Contrariedade à norma geral fixada pela União, a partir da Lei Federal nº 13.954/19 - Fixação de critérios diferenciados para a aposentadoria de Policiais Militares, Oficiais de Justiça/Avaliadores e integrantes das carreiras de Perícia Oficial de Identificação Técnicas - Categoriais não abarcadas nas exceções taxativamente previstas no artigo 40, §4º-B, da Constituição Federal de 1988